



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**ENTRE O AÇOITE E A SOBREVIVÊNCIA:
FAMÍLIA NEGRA E A RESISTÊNCIA NO BRASIL ESCRAVISTA**

THAIVONE SOUSA DOS SANTOS

BRASÍLIA - DF

2025

THAIVONE SOUSA DOS SANTOS

**ENTRE O AÇOITE E A SOBREVIVÊNCIA:
FAMÍLIA NEGRA E A RESISTÊNCIA NO BRASIL ESCRAVISTA**

“Trabalho de Conclusão de Curso” apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em História”.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Ferreira Nogueira

Membra (o): Mateus Gamba Torres

Membra (o): Kelerson Semerene Costa

BRASÍLIA - DF

2025

AGRADECIMENTO

Desde a infância, fui incentivada e motivada a perseguir meus sonhos, sempre consciente de que apenas eu, com meu próprio esforço, poderia transformar a minha realidade. Ao decidir trilhar o caminho da licenciatura em História, posso afirmar com veemência que não foi uma escolha fácil, especialmente diante da visão superficial que ainda se tem das profissões ligadas às ciências humanas. No entanto, optei por acolher todas as críticas com o propósito de demonstrar que, por meio da educação, é sim possível transformar as pessoas ao nosso redor.

Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força nos momentos em que pensei em desistir. À minha família, principalmente meus pais, Maria de Fátima e Osino Ribeiro. Quero que saibam que reconheço o esforço de vocês para que eu e minha irmã pudéssemos usufruir de todas as oportunidades possíveis. Lembro-me de todas as noites mal dormidas por eles, cheias de preocupações, esperando que eu chegasse em casa com segurança, porque estava assistindo aula à noite do outro lado da cidade.

Recordo também todas as vezes em que vocês abriram mão de algo por mim, como quando deixavam de comprar para si para pagar, por exemplo, meu passeio quando eu ainda estava na educação básica, ou para pagar a mensalidade do cursinho, que, mesmo com a bolsa de 40% que consegui, ainda pesava no orçamento. Afinal a nossa situação nunca foi fácil. E, mesmo quando eu abri mão da tão sonhada aprovação no curso de Ciências Contábeis, após um ano de dedicação, vocês continuaram me apoiando, ainda que contrariados com a minha decisão. Então, tudo que tenho hoje é fruto dos anseios que carreguei e carrego, e é graças a vocês, meus pais. Vocês são minha base e fortaleza. É uma vitória nossa e irei ser eternamente grata, sempre.

À minha irmã, Thayane Sousa; minha tia Vanessa; e minhas primas Edwiges, Érica e Jaqueline Souza, expresso minha profunda gratidão por todo o incentivo, apoio e cuidado durante esse processo. À minha afilhada Isabela Cristina e priminha Helena, vocês não têm a dimensão da felicidade que me proporcionam nos momentos que estamos juntas. Em várias ocasiões em que o cansaço gritava alto, ter a certeza da presença de vocês era o que me acalmava. Amo todos vocês.

Aos meus professores da educação regular e principalmente do Centro

Educacional 08 do Gama, deixo aqui meus votos de agradecimento. Sem dúvidas, vocês foram os semeadores desse fruto que estou colhendo. No CED 08 do Gama, agradeço em especial a professora Eufrázia Souza Rosa por me ensinar a produzir textos. Seus ensinamentos são lembrados cotidianamente.

Agradeço também aos meus professores do Departamento de História da Universidade de Brasília e dos demais departamentos pelos quais tive a honra de passar. Sem dúvida, foram fundamentais para a interdisciplinaridade que sempre busquei construir em minha formação acadêmica como futura professora. Ao meu orientador, Luiz Paulo Ferreira Nogueira, registro minha admiração pelo vasto conhecimento que me proporcionou. Nossas reuniões foram essenciais e, muitas vezes, um alívio revigorante nos meus dias exaustivos de trabalho e estudo. É extraordinário poder trocar ideias, curiosidades e saberes com alguém tão inteligente quanto o senhor.

Por fim, faço um agradecimento especial a todos os meus amigos, que me acompanham desde o ensino regular até os dias de hoje. Vocês talvez não imaginem a força que me deram, mesmo à distância. As responsabilidades da vida adulta nos afastaram em alguns momentos, mas, nos períodos de cansaço físico e mental, a certeza de que eu podia contar com vocês me motivou a continuar. Amo vocês incondicionalmente e carrego comigo a lembrança do apoio e do comprometimento que cada um demonstrou por mim.

RESUMO

Este trabalho investiga as estratégias de resistência e reexistência desenvolvidas pelas famílias negras durante o período escravista brasileiro, entre os séculos XVIII e XIX. A partir de uma análise historiográfica crítica, o estudo desloca o foco da figura do senhor e da economia escravista para a subjetividade, os afetos e as práticas sociais dos escravizados. Com base em fontes históricas, literárias e jurídicas, e no diálogo com autores como José Murilo de Carvalho, Martha Hameister, Keila Grinberg, Achille Mbembe, entre outros, a pesquisa evidencia como os escravizados resistiram à fragmentação familiar imposta pela ordem escravista através de táticas cotidianas como o compadrio, o batismo, a religiosidade de matriz africana e a oralidade. O conceito de reexistência é central para compreender essas práticas como afirmações de vida e dignidade em meio à necropolítica colonial. O trabalho também critica a romantização da miscigenação e revela os efeitos persistentes da escravidão na marginalização das famílias negras no Brasil contemporâneo. Ao reconhecer a família negra como espaço de memória, identidade e luta, o estudo contribui para a descolonização das narrativas históricas.

Palavras-chave: Família negra. Escravidão. Resistência. Reexistência. Necropolítica. Historiografia.

ABSTRACT

This research investigates the strategies of resistance and reexistence developed by Black families during the Brazilian slavery period, between the 18th and 19th centuries. Through a critical historiographical approach, the study shifts the focus from the slaveholders and economic system to the subjectivity, affect, and social practices of the enslaved. Drawing on historical, literary, and legal sources, and engaging with authors such as José Murilo de Carvalho, Martha Hameister, Keila Grinberg, and Achille Mbembe, the research reveals how enslaved people resisted the fragmentation of their families imposed by the slave order through everyday practices such as godparenthood, baptism, African-based religiosity, and orality. The concept of reexistence is central to understanding these practices as affirmations of life and dignity in the face of colonial necropolitics. The work also critiques the romanticization of racial mixing and highlights the persistent effects of slavery on the marginalization of Black families in contemporary Brazil. By recognizing the Black family as a site of memory, identity, and resistance, this study contributes to the decolonization of historical narratives.

Keywords: Black family. Slavery. Resistance. Reexistence. Necropolitics. Historiography.

Sumário

Introdução	8
CAPÍTULO 1 - A Ordem Escravista e o Silenciamento das Famílias Negras	16
CAPÍTULO 2 - Resistência e Reexistência nas Estratégias Familiares	25
Considerações Finais	34
Bibliografia	36

INTRODUÇÃO

Na cronologia historiográfica, a escravidão passou por uma evolução interpretativa significativa ao longo dos anos. Este trabalho propõe-se a realizar uma análise historiográfica centrada na maneira como diferentes autores, sobretudo dos séculos XIX e XX, abordaram a escravidão e, especialmente, a vivência da família negra no Brasil entre os séculos XVI e XIX. Desse modo, refere-se ao modo como os historiadores escreveram e interpretaram a história da escravidão. Lembrando que a historiografia pode ser concebida como o amplo conjunto de produções realizadas ao longo do tempo por historiadores e estudiosos da História. Nesse contexto, ela se configura como a expressão escrita do conhecimento histórico¹. Diante disso, os estudos históricos sobre a escravidão, durante muito tempo, focavam nos senhores de escravizados, na economia, nas leis ou nos sistemas institucionais. Os escravizados eram retratados quase como “objetos” passivos da história, não ressaltando seus sentimentos, estratégias de sobrevivência, resistências ou cultura.

Essa perspectiva, marcada por uma visão elitista e eurocêntrica, começou a ser questionada a partir da segunda metade do século XX, especialmente com o avanço dos movimentos sociais e das novas correntes historiográficas. Rafael Marquese e Ricardo Salles mostram como as mudanças metodológicas, influenciadas por campos como a história social, a história do trabalho, a micro-história e os estudos pós-coloniais, deslocaram o foco da análise, passando a valorizar as experiências dos escravizados, suas formas de resistência, redes de solidariedade, práticas culturais e estratégias de negociação com o sistema escravista.²

Ademais, autores como José Murilo de Carvalho, Luiz Felipe de Alencastro, Evaldo Cabral de Mello, Gilberto Freyre, Joaquim Nabuco, Martha Daisson Hameister, Maria Firmina dos Reis, Keila Grinberg, Achille Mbembe, Robert W. Slenes, Manolo Florentino e José Roberto Goes passaram a oferecer novas perspectivas, cada qual com seus limites e contribuições. Ao examinar criticamente suas obras, esta pesquisa pretende compreender de que forma tais autores interpretaram a estrutura e a destruição das famílias negras, bem como as estratégias de resistência por elas construídas.

¹ BARROS, José D'Assunção. **História e historiografia: todas as interações possíveis**. Uberlândia, 2021, p. 13.

² MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2016.

Enquanto alguns desses autores, como Nabuco e Freyre, oscilaram entre a denúncia e a idealização da ordem escravista, outros, como Hameister e Mbembe, enfatizaram a resistência silenciosa e cotidiana das famílias negras diante da neccropolítica e do apagamento histórico.

A fim de confirmar a argumentação supracitada salienta-se que a venda de escravizados africanos no Brasil colonial e imperial era um aspecto central da vida cotidiana e econômica da época. Logo, um dos modos mais comuns dessa venda era o leilão público, geralmente realizado em praças centrais, mercados ou portos das cidades, especialmente nas grandes capitais como Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Nesses leilões, os escravizados eram exibidos como mercadorias, avaliados por idade, força física, habilidades e saúde³.

Segundo José D'Assunção Barros, “é importante para todo e qualquer campo de saber a elaboração de uma história do campo pelos seus próprios praticantes”⁴. No caso da História, isso se reflete em movimentos de revisão crítica das narrativas tradicionais, frequentemente marcadas por silenciamentos ou reduções de determinados grupos sociais. Especialmente a partir do século XX, os historiadores passaram a olhar para os escravizados como sujeitos ativos, buscando entender como viviam, resistiam, formavam famílias, criavam redes de apoio e influenciavam a sociedade ao seu redor. Ou seja, os escravizados não estavam apenas à margem da sociedade colonial ou imperial, mas sim desempenharam papéis fundamentais, tanto na economia, como mão de obra essencial, quanto na formação da cultura, dos costumes e até nas lutas por liberdade.

Visando à devida contextualização, é necessário primeiramente, examinar a escravidão como uma instituição que moldou não apenas as relações econômicas, mas também as estruturas sociais e políticas da colônia. Joaquim Nabuco (1849 – 1910), político e historiador, é uma das figuras centrais na história da escravidão no Brasil, principalmente por seu papel como intelectual, político e militante abolicionista. Seu legado é marcado por uma análise crítica da escravidão como um mal social, ainda que sua perspectiva reflita os limites de sua condição enquanto branco, letrado e pertencente à elite imperial. Nesse sentido, expõe em sua obra *O Abolicionismo* o seguinte trecho:

³ FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Tráfico de Escravos no Brasil**. Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/trafico-de-escravos-no-brasil/escravidao-no-brasil/trafico-e-comercio-de-escravos/>. Acesso em 15 mai. 2025.

⁴ BARROS, op.cit., p. 48.

A escravidão entre nós manteve-se aberta e estendeu os seus privilégios a todos indistintamente: brancos ou pretos, ingenuos ou libertos, escravos mesmo, estrangeiros ou nacionaes, ricos ou pobres. (NABUCO, 1883 p. 175).⁵

A partir desse trecho, Nabuco evidencia o profundo enraizamento social da escravidão no Brasil, deixando nítida a ampla aceitação com que contava na sociedade da época. Isso significa que a escravidão era uma prática comum e legitimada por diversos grupos sociais. Dessa forma, possuir escravizados era visto como um sinal de ascensão social e de prestígio.

Já para o historiador José Murilo de Carvalho a escravidão serviu para consolidar o poder das elites, que se beneficiavam da exploração dos corpos escravizados, tratados como propriedade e desumanizados pela lógica econômica da época.⁶ Tamanho fato é expresso pelo receio que a elite tinha da revolta escrava e com o desejo de preservar a escravidão.

A unidade da ex colônia também favorecia a manutenção da escravidão por evitar uma possível justaposição de países escravistas e não-escravistas, provocada por eventual fragmentação. De fato, testemunhos da época deixam claro que havia entre a elite receio de revolta escrava, tendo-se cunhado a expressão haitianismo, referência à violenta revolta dos escravos da colônia francesa de Santo Domingo. Uma luta pela independência ao estilo da que se verificara e ainda se verificava nos países oriundos da antiga colônia espanhola, que redundara em fragmentação política, era vista por muitos como perigosa para a manutenção da ordem social e, portanto, da escravidão. Nesse sentido, o interesse em manter a escravidão pode ter ajudado na manutenção da unidade do país. (CARVALHO, 2008, p. 18)

Nota-se que a manutenção da unidade territorial do Brasil após a independência teve um papel importante na preservação da escravidão, justamente por permanecer como um único país e não se fragmentar como ocorreu com as ex-colônias espanholas, evitando assim a formação de diferentes Estados com posições divergentes em relação à escravidão. Uma problematização questionada era que se o território tivesse se dividido,

⁵ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Londres: Typographia de Abraham Kingdon & C.a, 1883.

⁶ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 15a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

poderia ter surgido a situação de países vizinhos adotando políticas abolicionistas, o que geraria instabilidade e até incentivo à rebelião entre os escravizados em regiões onde a escravidão ainda vigorasse.

Assim, diante do risco de que guerras de independência nos moldes das ocorridas na América Espanhola levassem à fragmentação do território e, com isso, ameaçassem a ordem social baseada na escravidão, a elite brasileira optou por um modelo de independência mais conservador e centralizado. Dessa forma, o desejo de preservar a escravidão acabou contribuindo para o esforço de manter a unidade nacional, pois esta era vista como condição para controlar a população escravizada e evitar revoltas que poderiam desestabilizar o país.

Ante o exposto, Carvalho faz uma crítica significativa à historiografia tradicional da escravidão, que na maioria das vezes minimizou o sofrimento dos escravizados ou romantizou a figura dos senhores. Além do mais, argumenta que essas narrativas tenderam a reforçar as desigualdades e a ocultar as vozes que realmente compõem a história do Brasil.

Com o intuito de complementar a argumentação de que a escravidão era vista com um olhar positivo naquela época, Evaldo Cabral de Mello, um historiador brasileiro, faz uma análise detalhada sobre como a escravidão estava intimamente atrelada à produção agrícola nas regiões do Norte Agrário e das regiões cafeeiras, no qual o sistema de grandes plantações, principalmente de açúcar, café, tabaco e, em certos momentos, da borracha, dependia do trabalho forçado de escravizados e seus descendentes. Isto pode ser confirmado com um trecho extraído de sua obra *O Norte Agrário e o Império*.

A verdade é que as fontes parlamentares do período 1871-1880 dão como coisa sabida que o comércio se fazia principalmente para atender as necessidades de mão-de-obra da lavoura cafeeira. (MELLO, 2008, p. 29)

O que se pode examinar deste trecho é que no período citado, as fontes parlamentares deixavam evidentes que o comércio interno de escravizados no Brasil tinha como objetivo principal atender à crescente demanda por mão de obra nas lavouras de café. Logo, a expansão da economia cafeeira, especialmente nas regiões do Vale do Paraíba, exigia um número cada vez maior de trabalhadores, e como o tráfico africano havia sido proibido em 1850, a solução encontrada pelos proprietários foi intensificar a circulação interna de escravizados, sobretudo vindos do Norte e do Nordeste em direção

ao Sudeste.⁷

A escravidão teve papel fundamental na construção das identidades regionais do Brasil, como apontado por Cabral de Mello. Assim sendo, no Norte Agrário, a presença da escravização e sua continuidade ao longo do período imperial, enquanto o tráfico interno não a suprimia, auxiliaram a formar uma identidade marcada por um sistema de trabalho excludente e desigual.

Por conseguinte, salientando os autores supracitados fica evidente que a escravidão era amplamente naturalizada e vista de forma positiva tanto na esfera econômica quanto na social. Não era percebida como uma aberração moral, mas como elemento legítimo para o funcionamento da colônia e do Império. Tendo em conta o ponto de vista econômico, a escravidão era considerada essencial à produção de riquezas. A economia colonial e imperial, voltadas para a exportação de produtos como açúcar, ouro e, posteriormente, café, dependiam integralmente da força de trabalho dos africanos escravizados e de seus descendentes.

É apropriado salientar que a análise realizada se apoia em uma historiografia produzida entre o final do século XIX e o início do século XX, permitindo compreender como diferentes autores interpretaram os legados da escravidão. Afirma-se que é difícil determinar a data exata do início da introdução dos escravizados africanos no Brasil, porque o tráfico já existia na Europa bem antes da vinda dos portugueses para o país. Portugal, por exemplo, como potência marítima, já estava envolvida nesse comércio, ou seja, desde o início da colonização portuguesa, os africanos escravizados já se fazia presente.⁸ Esse diálogo historiográfico possibilitou constatar que, mesmo após a abolição legal da escravidão, em 1888, os impactos do sistema escravista persistiram na exclusão social, no racismo institucional e na ausência de políticas de reparação. Dessa forma, o estudo evidencia a continuidade de mecanismos de opressão no pós-abolição.

Outrossim, esse recorte possibilita examinar as tensões entre a tentativa de destruição dos núcleos familiares negros e a persistência desses laços como forma de resistência, tanto no cotidiano das senzalas quanto nas fugas, nos quilombos e nas redes de solidariedade urbana.

⁷ MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. São Paulo: Editora 34, 2008.

⁸ RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: UFGD/NEAB, 2010, p. 20.

Além dos referenciais historiográficos e sociólogos, este objeto de pesquisa se apoia na noção de regimes de historicidade, conforme formulada pelo historiador francês François Hartog, no qual defende que “ninguém duvida de que haja uma ordem do tempo, mais precisamente, ordens que variaram de acordo com os lugares e as épocas”.⁹ Ademais, “o regime de historicidade não pretende falar da história do mundo passado, e menos ainda do que está por vir”¹⁰, mas sim é a maneira como uma sociedade se relaciona com o tempo, organizando sua percepção do passado, presente e futuro. Com isso, define como essa sociedade se inscreve no tempo e como atribui sentido à sua história.

Considerando esse panorama de dominação e apagamento, emerge o conceito de reexistência, que se refere à prática de resistir afirmando a vida, reconstruindo subjetividades e vínculos sociais mesmo diante da violência colonial. Ao contrário da mera sobrevivência, a reexistência implica uma ação ativa de recriação da própria existência por meio de estratégias cotidianas que afirmam a dignidade, a memória e a humanidade dos indivíduos negros. A noção, presente nos estudos decoloniais e nas epistemologias negras, permite compreender as formas pelas quais os escravizados, apesar da lógica necropolítica que buscava desintegrá-los, reconstituíram laços familiares, preservaram práticas culturais e projetaram futuros possíveis. Portanto, a reexistência não é apenas um contraponto à opressão, mas uma expressão de vida insurgente que desafia os limites impostos pela ordem escravista.

É fundamental também entender que os impactos da escravidão não terminam com a promulgação da Lei Áurea em 1888. A sociedade brasileira manteve-se funcionando por meio de mecanismos de exclusão, desumanização e negação da cidadania à população negra. O silenciamento das famílias negras, que começou durante o cativeiro, continuou nas manifestações institucionais e simbólicas da República.

Assim, ao analisar o silenciamento das famílias negras durante a escravidão, também se entende como essas formas de desintegração continuam e se renovam em contextos contemporâneos. A falta de políticas reparatórias após a Abolição e a marginalização histórica das famílias negras constituem um legado do cativeiro que persiste até os dias atuais, manifestando-se tanto na exclusão do mercado de trabalho

⁹ HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 17.

¹⁰ Ibid., 2013, p. 37.

quanto na violência policial e no preconceito contra as estruturas familiares negras contemporâneas.

No caso do Brasil escravista, o regime de historicidade dominante era fortemente enraizado em uma visão tradicionalista e cíclica do tempo, na qual a escravidão era tratada como algo natural e perene, marcado por uma lógica de desumanização e pelo exercício sistemático da violência sobre corpos negros. Estes eram vistos como mercadorias vivas, produziam riqueza com seu trabalho e representavam, eles próprios, um ativo financeiro, sendo comprados, vendidos e utilizados como garantia em empréstimos. Com isso, o escravizado era parte integrante do patrimônio das elites agrárias e urbanas, e sua exploração era justificada pela alta rentabilidade que proporcionava.

Nesse contexto, a família negra constituía um elemento profundamente ameaçado, uma vez que os laços de parentesco entre pessoas escravizadas eram frequentemente desfeitos ou ignorados pelas autoridades e pelos senhores de escravos. Entretanto, apesar dessa violência sistemática, as populações negras construíram formas de resistência baseadas na recriação de núcleos familiares, nos cuidados mútuos, na transmissão de valores e na proteção afetiva entre cativos. Essas práticas revelam um regime de historicidade contra hegemônico, no qual o tempo não era apenas de submissão, mas também de construção de sentido, de continuidade e de expectativa por liberdade. Logo, em meio à destruição sistemática da subjetividade, as famílias negras criaram outras formas de existir no tempo, projetando futuros possíveis mesmo quando tudo ao seu redor tendia ao apagamento.

Com base nesse entendimento, a existência e a persistência da família negra durante o período escravista constituem formas de resistência histórica, social e simbólica, resistindo não apenas à lógica de mercantilização dos corpos, mas também operando como espaço de produção de cultura, memória e identidade. Foi no seio dessas relações que saberes africanos foram preservados e transformados, que práticas religiosas e linguísticas sobreviveram ao sequestro cultural, e que formas de subjetividade negra se afirmaram diante da violência colonial. Segundo observa Martha Daisson Hameister, a insistência em viver e em formar vínculos constituía uma resistência cotidiana, silenciosa, mas radical, à brutalidade do sistema escravista.¹¹

¹¹ HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

Isto posto, discorrer sobre a família negra como categoria histórica no Brasil escravista significa deslocar o olhar da mera vitimização dos escravizados e reconhecer neles agentes históricos dotados de afetividade, racionalidade e projetos de vida. A família torna-se, assim, um instrumento de resistência, reconstrução e preservação da existência negra em meio a um regime que constantemente buscava apagá-la. Ademais, ao invés de se submeterem passivamente à lógica escravista, os escravizados e seus descendentes buscaram criar formas de vida e de continuidade, mesmo sob as piores condições, o que representa uma das expressões mais poderosas da luta por liberdade no Brasil colonial e imperial.

CAPÍTULO 1 - A ORDEM ESCRAVISTA E O SILENCIAMENTO DAS FAMÍLIAS NEGRAS

Retomando o que foi previamente citado, a sociedade brasileira escravista, forjada ao longo de mais de três séculos, formou-se como um sistema de dominação profundamente enraizado na desumanização da população negra, sendo o sistema da época estabelecido sobre uma estrutura política, social e econômica que não apenas se aproveitava do trabalho forçado de africanos e seus descendentes, mas também tentava enfraquecer as formas de organização comunitária e emocional entre os escravizados.

A fim de expor o fundamento do poder senhorial no Brasil, Evaldo Cabral de Mello, em *O Norte Agrário e o Império (1871 – 1889)*, destaca como o modelo agrário-escravista do Norte, particularmente nas áreas canavieiras de Pernambuco, foi crucial para definir não só a estrutura agrária, mas também a própria dinâmica de poder durante o Império. Com isso, a acumulação de terras e a exploração do trabalho escravo eram duas bases interconectadas. Portanto, o latifúndio monocultor, articulado em torno da produção de açúcar para exportação, demandava grande contingente de trabalhadores escravizados e operava sob uma lógica de violência institucionalizada, tanto física quanto simbólica.

Ainda, Mello ressalta que a supremacia das oligarquias rurais se dava além do controle econômico, alcançando também a esfera política. Esta elite rural controlava as Câmaras Municipais, administrava a Justiça Regional e exercia influência direta sobre o Parlamento e a Corte Imperial. O Estado, longe de se contrapor a essa estrutura, atuava como seu braço legitimador. Dessa forma, os interesses da nobreza da terra influenciaram as decisões do Império, atrasando reformas e impedindo qualquer ação que pudesse ameaçar o regime escravista. E quando finalmente estabelecida, a legislação abolicionista foi caracterizada por concessões e prorrogações com o objetivo de manter os lucros e a estabilidade das elites rurais.

Para que essa ordem de dominação fosse perpetuada, era preciso mais do que subjugar fisicamente o escravizado, mas de maneira diversa era fundamental silenciar sua subjetividade e dismantelar suas redes afetivas. À vista do exposto, um dos principais focos desse sistema foi a família negra, que constantemente era deslegitimada,

desestruturada e silenciada durante o período colonial e imperial. Logo, assim como a família era um espaço de acolhimento e resistência, na mesma medida, representava uma ameaça simbólica à lógica de controle total exercida pelos senhores sobre os corpos e futuros dos escravizados.

Ao contrário do que algumas narrativas historiográficas tentaram sustentar, o sistema escravista brasileiro não se baseava em relações paternalistas e harmônicas entre senhores e escravizados. Pelo contrário, como observa o historiador Luiz Felipe de Alencastro, a escravidão brasileira era parte de uma engrenagem imperial atlântica, voltada à extração máxima de valor do corpo negro por meio da violência sistemática e da desarticulação deliberada de qualquer forma de identidade ou vínculo comunitário que pudesse ameaçar o domínio senhorial.¹² Assim, a ordem escravista se sustentava não apenas pela violência física, mas também por meio da sistemática produção de silenciamentos, especialmente no tocante à organização familiar dos negros escravizados.

misc, por sua vez, expõe no trecho a seguir que a casa-grande e a senzala não eram apenas edificações, eram os núcleos simbólicos e funcionais de um sistema que moldou a sociedade brasileira no período colonial. Logo, essa estrutura social englobava vários elementos da vida cotidiana, funcionando simultaneamente como uma manifestação econômica, política, religiosa, sexual e cultural.

A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao *pater familias*, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). (FREYRE, 2003, p. 36)

O aspecto familiar e sexual era fortemente influenciado pela lógica patriarcal e pela violência inerente ao sistema escravocrata. O patriarca da casa-grande exercia controle sobre a família, estabelecendo uma estrutura familiar fragmentada, marcada pelo autoritarismo e pela poligamia informal, frequentemente manifestada nas relações sexuais

¹² ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 86.

mantidas com mulheres negras escravizadas. Essas relações, quase frequentemente impostas, evidenciam a invisibilização das subjetividades dessas mulheres e a desestruturação sistemática das famílias negras. Dessa forma, os filhos resultantes eram frequentemente utilizados como mão de obra ou vendidos, sem qualquer reconhecimento afetivo ou jurídico. Logo, o seio familiar negro era constantemente violado e silenciado, sendo impedido de se estabelecer como um núcleo independente dentro do sistema.

Somado a isso, o compadrismo, que será analisado no capítulo seguinte, organizava as relações políticas do período, o que reforçava o controle social e mantinha a ordem escravista. O compadrio não apenas ajudava a fortalecer o poder dos brancos na estrutura social, mas também funcionava como uma ferramenta de dominação simbólica. Frequentemente, isso envolvia a cooptação de pessoas negras para papéis subordinados nessas redes, o que resultava no esvaziamento de seu pertencimento comunitário e na impossibilidade de reconstruir laços familiares completos. Nesse sentido, o silêncio em relação às famílias negras contribuía para a preservação da ordem escravista, na qual a punição física era acompanhada pela negação da existência e da dignidade das relações familiares negras.

Ante o exposto, pode-se argumentar que a formação da sociedade brasileira foi intensamente influenciada por um arranjo institucional que fortaleceu o domínio das elites senhoriais, as quais estabeleceram a estrutura da ordem social no período da escravidão. De acordo com José Murilo de Carvalho, o Estado brasileiro foi construído a partir das estruturas e lógicas da casa senhorial¹³, o que ilustra a intersecção entre o poder público e a autoridade privada. À luz disso, o senhor detinha não apenas o controle econômico, mas também político e jurídico sobre seus escravizados, incluindo o direito de penalizar, disciplinar e separar membros das comunidades escravizadas.

Entretanto, embora as instituições jurídicas tenham, em grande medida, operado como garantidoras da ordem escravista, não se pode negligenciar que os próprios cativos acionaram o sistema judicial como parte de suas estratégias de resistência e sobrevivência. Como demonstram os estudos da historiadora Keila Grinberg, as ações de liberdade e os pedidos de alforria revelam a presença dos escravizados nos tribunais e seu conhecimento, ainda que limitado e desigual, das brechas legais disponíveis no

¹³ CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 15a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

mundo da escravidão. A Justiça imperial, portanto, ainda que profundamente marcada pelos interesses senhoriais, tornava-se também espaço de disputa, negociação e construção de redes de apoio. Apesar disso, a ordem social continuava fundada na ruptura dos laços afetivos e na desarticulação das redes familiares negras, substituídas por estruturas de dominação que buscavam naturalizar a violência e a fragmentação imposta pela escravidão.

A instituição da família, até mesmo atualmente, é concebida pela matriz ocidental como célula fundamental da sociedade civil, entretanto foi sistematicamente negada aos africanos escravizados e seus descendentes, sendo imposta uma lógica na qual os laços familiares eram considerados irrelevantes, frágeis e até mesmo perigosos. A fim de confirmar essa argumentação, cita-se o trecho do conto *A Escrava* da obra *Úrsula* de Maria Firmina dos Reis:

Tinham oito anos.

Um homem apeou-se à porta do Engenho, onde juntos trabalhavam meus pobres filhos – era um traficante de carne humana. Ente abjeto¹⁴, e sem coração! Homem a quem as lágrimas de uma mãe não podem comover, nem comovem os soluços do inocente...acordei aos gritos de meus pobres filhos, que me arrastavam pela saia, chamando-me: mamãe! Mamãe! (REIS, 2018, p. 173)

Reconhecida como a primeira romancista brasileira e a primeira mulher negra a publicar um romance no Brasil, Maria Firmina dos Reis foi uma escritora, professora e abolicionista maranhense. Seu romance *Úrsula* (1859) é uma narrativa que denuncia a crueldade da escravidão com sensibilidade e ousadia. Consequentemente, narrando em primeira pessoa, o trecho citado é uma denúncia da violência, da desumanização causada pela escravidão no Brasil e da separação de famílias negras, pois expõe o momento que uma mãe negra tem seus filhos arrancados por um “traficante de carne humana”. Este pequeno trecho denuncia não apenas a escravidão como instituição, mas seus efeitos emocionais e morais sobre os indivíduos.

Essa dinâmica de desintegração familiar era perpetuada pela movimentação forçada dos escravizados, que eram vendidos ou transferidos sem qualquer consideração

¹⁴ *Abjeto*: do latim *adjectus*, significa “lançado para baixo”, e é comumente utilizado para indicar algo ou alguém miserável, indigno ou detestável.

pelas suas relações pessoais. Por exemplo, seus filhos podiam ser vendidos separadamente de seus pais sem qualquer tipo de questionamento legal ou moral. Particularmente, as mulheres negras sofriam um duplo apagamento, pois eram exploradas como mão de obra e corpos reprodutores, mas não tinham autoridade alguma sobre seus filhos, porque na teoria e na prática eles pertenciam ao senhor escravista.

Outro ponto relevante dessa lógica de fragmentação e que contribuiu de maneira decisiva para o silenciamento das famílias negras escravizadas no Brasil durante o século XIX, foi o conjunto de desigualdades, como sociais, econômicas, jurídicas, raciais e simbólicas, que desumanizavam os negros, deslegitimando suas formas de existência, afetividade e organização familiar.

Já se sabe que a condição jurídica do escravizado era de propriedade, não de sujeito de direitos. A família negra, quando existia, normalmente era considerada informal e carecia de proteção tanto pelo Estado quanto pela Igreja. Apesar disso, a Igreja reconhecia o casamento entre escravizados, mas este reconhecimento não implicava, de forma alguma, na liberdade do casal. Pelo contrário, o casamento funcionava como um instrumento dentro da estrutura escravagista, assegurando a reprodução da mão de obra escravizada e a perpetuação do sistema de exploração. Dessa forma, embora houvesse alguma forma de validação religiosa da união, isso não alterava a condição de subordinação e a ausência de direitos dos escravizados.

Ademais, como elucidado pelo primeiro Código Penal do Brasil, de 1830, elaborado durante o reinado de D. Pedro I, as distinções legais entre escravizados e cidadãos livres eram nítidas. Embora os crimes cometidos fossem os mesmos, as punições para os escravizados eram mais severas, o que consolidava ainda mais a desigualdade racial e social. Este código refletia uma estrutura jurídica que não apenas desconsiderava os direitos dos negros, mas também sustentava a marginalização de suas famílias e o silenciamento de suas histórias.

O primeiro código penal do Brasil independente, elaborado em 1830, época de D. Pedro I, fazia distinção entre os escravizados negros e os cidadãos livres na hora de ditar parte das punições, ainda que os crimes cometidos fossem os mesmos. Não havia a plena isonomia, isto é, a igualdade de todos perante a lei. (SENADO FEDERAL, 2020)

Esse ordenamento jurídico não apenas consolidava a desigualdade racial e social,

como também sustentava o silenciamento das famílias negras escravizadas. Assim, ao se observar a estrutura jurídica do período, percebe-se que o silenciamento das famílias negras não se dava apenas por omissão, mas por uma ação deliberada do Estado escravista de negar-lhes reconhecimento, agência e proteção legal, mesmo diante do reconhecimento, por parte da Igreja, dos casamentos entre pessoas escravizadas.

Outro autor significativo para a história brasileira, do qual não podemos deixar de citar e que analisaremos de uma forma mais minuciosa, é Gilberto Freyre com *Casa-Grande & Senzala*. Com sua obra sendo um diferencial na década de 1920, Freyre traz uma sociologia que “incorpora a vida cotidiana. Não apenas a vida pública ou o exercício de funções sociais definidas (do senhor de engenho, do latifundiário, do escravo, do bacharel), mas a vida privada”¹⁵, visto que “nos anos 30, descrever a cozinha, os gostos alimentares, mesmo a arquitetura e, sobretudo, a vida sexual, era inusitado”¹⁶.

Contextualizando a obra citada anteriormente, ela foi escrita em meio a uma forte tentativa de construção da Identidade Nacional Brasileira, em que foram valorizadas as várias etnias e culturas que contribuíram para a formação do país. Para Freyre, as relações sociais na história de nosso país, tenderam a ser harmônicas, porém, foram abaladas pela indústria do açúcar e pela escassez de mulheres brancas. Tamanho argumento foi defendido no trecho a seguir:

No Brasil, as relações entre os brancos e as raças de cor foram desde a primeira metade do século XVI condicionadas, de um lado pelo sistema de produção econômica - a monocultura latifundiária; do outro, pela escassez de mulheres brancas, entre os conquistadores. O açúcar não só abafou as indústrias democráticas de pau-brasil e de peles, como esterilizou a terra, em uma grande extensão em volta aos engenhos de cana, para os esforços de policultura e de pecuária. E exigiu uma enorme massa de escravos. A criação de gado, com possibilidade de vida democrática, deslocou-se para os sertões. (FREYRE, 2003, p. 14)¹⁷

Ao analisar a obra sob a perspectiva das vivências reais das famílias negras nos períodos colonial e imperial, evidencia-se uma série de limitações e questões problemáticas, principalmente no tocante à idealização das interações sociais da

¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003, p. 10.

¹⁶ Ibidem.

¹⁷ Idem., p. 14.

miscigenação como um elemento fundamental da identidade nacional.

Freyre descreve a casa-grande como um local de intercâmbio cultural e interação emocional, onde os senhores e os escravizados compartilhavam não só o ambiente físico, bem como elementos do dia a dia. De acordo com o autor, a escravidão teria promovido uma espécie de democratização das tradições, com a mulher negra desempenhando um papel fundamental na construção da identidade nacional, tanto na função de ama de leite quanto como símbolo de sensualidade tropical.

Somando a isso, a imagem romântica de afeto e convivência perpassa a visão de miscigenação proposta por Freyre. Ele enaltece o mestiço como o ícone máximo da identidade brasileira e resultado da aparente “tolerância racial”¹⁸ dos portugueses. Logo, a miscigenação é vista como um aspecto benéfico, quase uma consequência natural da interação física e emocional entre os senhores e os escravizados.

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações - as dos brancos com as mulheres de cor - de “superiores” com “inferiores” e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e na mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 2003, p. 33)¹⁹

Chega a argumentar que se não fosse a miscigenação, várias pessoas não conseguiriam ter posse de terras, olhando para isso como um processo para uma suposta democracia racial:

Quanto à miscibilidade, nenhum povo colonizador, dos modernos, excedeu ou sequer igualou nesse ponto aos portugueses. Foi misturando-se gostosamente com mulheres de cor logo ao primeiro

¹⁸ De modo crítico, a expressão “tolerância racial” é empregada aqui, refletindo uma narrativa de Casa-Grande & Senzala, no qual defende a ideia de que o Brasil foi formado por uma convivência harmoniosa entre diferentes grupos étnicos. Hoje, autores como Florestan Fernandes, Lélia Gonzalez e Silvio Almeida contestam essa visão, mostrando como essa suposta tolerância encobriu a violência racial, o racismo estrutural e a desagregação das famílias negras ao longo da história do Brasil.

¹⁹ Idem, p. 15

contato e multiplicando-se em filhos mestiços que uns milhares apenas de machos atrevidos conseguiram firmar-se na posse de terras vastíssimas e competir com povos grandes e numerosos na extensão de domínio colonial e a eficácia de ação colonizadora. (FREYRE, 2003, p. 52)²⁰

Contudo, essa perspectiva ignora o aspecto profundamente violento da miscigenação durante o período colonial no Brasil. O que Freyre considera um resultado de convivência ou desejo mútuo é, na verdade, consequência de violações sistemáticas, da objetificação dos corpos negros e do controle sobre a sexualidade das mulheres escravizadas. A prática da miscigenação também se dava entre os livres e os pobres, atravessando diferentes camadas sociais, ainda assim, essas relações continuavam marcadas por assimetrias de poder, exploração e vulnerabilidade social. Sob essa ótica, a miscigenação não representa um processo harmonioso de fusão cultural, mas sim uma tática de dominação racial e manutenção do poder patriarcal dos senhores.

A ênfase de Freyre nos elementos sensoriais e estéticos da vida colonial, os aromas, os sabores, os gestos, reforça essa invisibilidade ao transformar o sofrimento da escravidão em um espetáculo exótico. A sensualidade da mulher negra, celebrada como um símbolo da mestiçagem, não é vista como resultado da coação, mas sim como um atributo “natural”, perpetuando estigmas raciais e legitimando a dominação. Para Achille Mbembe, o corpo negro é atravessado por significados impostos, sendo hipersexualizado, fetichizado, criminalizado e animalizado, servindo para justificar a violência.²¹

Por consequente, citar a miscigenação neste capítulo é de extrema relevância, pois essa naturalização da violência sexual impacta diretamente o silenciamento das famílias negras. A mãe negra, sendo reduzida à ama de leite ou ao objeto de prazer, tem sua maternidade negada. Com isso, o sistema escravocrata, assim como citado várias vezes no decorrer deste trabalho, impunha o não reconhecimento legal das famílias negras, promovendo a fragmentação dos vínculos afetivos e a venda arbitrária de filhos e cônjuges.

Como observa o filósofo e historiador camaronês Achille Mbembe, dentro da escravidão o corpo negro foi historicamente constituído como um ser descartável, supérfluo, sempre à margem da humanidade plena, afirma assim que a escravidão institui

²⁰ Idem, p. 52

²¹ MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

uma necropolítica²², ou seja, o poder de determinar quem pode viver e quem deve morrer, estando diretamente atrelada à forma como os corpos negros são tratados.

Fica nítido neste capítulo que o sistema de escravidão no Brasil foi muito além da mera exploração econômica do trabalho forçado. Ele estabeleceu um projeto deliberado de desumanização que negava a subjetividade, dignidade e até mesmo a estrutura familiar dos negros escravizados. O silenciamento das famílias negras não foi um resultado secundário, mas sim um método central de controle, destinado a enfraquecer qualquer chance de resistência, solidariedade ou desenvolvimento de uma identidade coletiva entre os escravizados.

O domínio dos senhores, conforme demonstram Evaldo Cabral de Mello e José Murilo de Carvalho, baseava-se em uma ordem legal, política e simbólica que legitimava a fragmentação das relações afetivas. O poder pessoal dos senhores de engenho contava com o suporte do Estado e da Igreja, que juntos atuavam como instituições colaboradoras na destruição das redes familiares negras. Outrossim, essa lógica de dominação, como afirmaram Alencastro e Mbembe, não se restringia apenas ao aspecto material, mas também afetava os corpos e mentes dos escravizados, criando uma violência que perdura, inclusive, nas estruturas raciais e sociais do Brasil atual.

Por fim, ao criticar à idealização da miscigenação, proposta por Gilberto Freyre, há um entendimento que ao romantizar as relações entre senhores e escravizados ocorre um ofuscamento da brutalidade praticada pelo sistema e a naturalização da exclusão das famílias negras da história nacional. De igual modo, a maternidade negra, sequestrada e silenciada, revela o lado mais cruel de uma ordem que convertia laços afetivos em ameaças, e que, por isso, necessitava destruí-los. Logo, por sua vez, reconhecer essa realidade é essencial não só para reconstruir a memória histórica das famílias negras, mas também para descolonizar as maneiras como o Brasil entende sua própria formação social.

²² MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

CAPÍTULO 2 - RESISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA NAS ESTRATÉGIAS FAMILIARES

A história da escravidão no Brasil não se limita somente à dominação e ao sofrimento, mas também é caracterizada por táticas de resistências diárias, desenvolvidas e reinventadas pelas comunidades negras e escravizadas. Desse modo, dedica-se este capítulo a entender como os escravizados resistiram à desumanização promovida pelo regime escravista, especialmente com base em suas vivências familiares, redes de apoio e práticas sociais, sendo analisados as múltiplas formas de resistência e reexistência construídas no cotidiano.

Durante o século XIX, especialmente com o aumento do tráfico interno e a separação forçada de famílias, os escravizados buscaram diversas formas de reafirmar sua humanidade, reconstruindo vínculos afetivos e redes comunitárias, mesmo sob constante vigilância. Nesse contexto, a resistência não deve ser entendida apenas em sua manifestação aberta ou violenta, como fugas, insurreições e revoltas, mas, principalmente, como uma prática diária e silenciosa de sobrevivência.

Esse tipo de resistência, fundamentada na continuidade da vida e do convívio, pode ser entendido através do conceito de reexistência, uma ideia que transcende a simples oposição ao sistema, envolvendo a afirmação ativa da vida negra como uma possibilidade e a constante reinvenção de si mesmo em um mundo que busca proibir essa própria existência. Logo, reexistir significa reconstruir-se como indivíduo no meio do plano colonial de apagamento.

Achille Mbembe explica como a modernidade ocidental, baseada no colonialismo e na escravidão, estabeleceu um sistema de racionalidade que nega à população negra o reconhecimento completo de sua humanidade.

Em contrapartida, interessa compreender que, como consequência directa desta lógica de autoficção, de autocontemplação e, sobretudo, de enclausuramento, o Negro e a raça têm significado, para os imaginários das sociedades europeias, a mesma coisa. Designações primárias, pesadas, perturbadoras e desequilibradas, símbolos de intensidade crua e de repulsa, a sua aparição no saber e no discurso

modernos sobre o homem (e, por consequência, sobre o humanismo e a Humanidade) foi, se não simultâneo, pelo menos paralelo; e, desde o início do século XVIII, constituiu, no conjunto, o subsolo (inconfessado e muitas vezes negado), ou melhor, o núcleo completo a partir do qual o projecto moderno de conhecimento – mas também de governação - se difundiu. (MBEMBE, 2014, p. 10)

Este excerto sugere uma reflexão crítica acerca de como o pensamento europeu moderno formulou suas concepções de humanidade, conhecimento e poder, fundamentando-se em uma lógica de autoficção e enclausuramento cultural. Em outras palavras, ao se verem como centros da razão e da civilização, as sociedades europeias acabaram criando uma imagem do Outro, neste caso, o Negro, que funcionava como um contraponto negativo à sua própria autoimagem.

Dessa maneira, o Negro e a ideia de raça começaram a ser vistos de forma indistinta, como símbolos primários, carregados de significados profundos, inquietantes e desestabilizadores. Não eram percebidos como indivíduos complexos, mas como manifestações de algo bruto, intenso e frequentemente repulsivo. Portanto, essas representações não se limitaram ao âmbito social ou cultural, mas sim permeavam profundamente os discursos científicos, filosóficos e políticos da modernidade.

Conforme discutido no capítulo anterior, essa desumanização, manifestada no Brasil por meio da violência institucional e simbólica, atinge seu ponto culminante no que Mbembe denomina necropolítica, que é a prática de um poder que determina quem pode viver e quem deve morrer, quem terá sua vida controlada e quem será relegado à morte social. Com isso, a escravidão, como regime necropolítico, estrutura-se pela posse dos corpos e pelo controle de sua exaustão, pois era um sistema que lucrava com a vida até o máximo possível e descartava quando já não era mais útil. Assim, o corpo negro escravizado estava sempre sob vigilância, sofria punições e era privado de sua autonomia.

Contudo, é precisamente nesse contexto de dominação que surgem as práticas de resistência diária como meios de reexistência. Os escravizados reafirmavam sua condição humana ao preservar laços familiares, mesmo diante da possibilidade de dispersão ao celebrar rituais de origem africana sob o olhar opressor do senhor, ao transmitir oralmente as memórias e os conhecimentos de sua cultura. Reexistiam não só ao fugir do controle, mas ao persistir em viver com dignidade, apesar da constante

tentativa de silenciamento.

Assim, a casa, o corpo, a palavra, a comida e o gesto transformam-se em ferramentas de resistência. Esses elementos, aparentemente insignificantes, transformaram-se em pilares de uma vida negra que se recusou a ser silenciada, que se reinventou no combate diário à violência e à negação. Ao resistirem no dia a dia, os escravizados criaram maneiras de existir e estar no mundo, desenvolvendo alternativas para suas vidas dentro das brechas do sistema escravistas.

Exemplificando a partir da tese da Martha Daissom Hameister, é significativo salientar como os registros batismais da Vila do Rio Grande (1738-1763) revelam a existência de estratégias sociais usadas pelos escravizados. Afirma-se que os registros de batismos serviram tanto como instrumentos de cristianização e controle social quanto como ferramentas simbólicas e práticas de resistência afetiva, além disso serviam para a criação de redes sociais entre os escravizados. Somado a isso, o batismo era comumente utilizado como uma tática de pertencimento e estruturação social, principalmente entre aqueles que eram legal e socialmente impedidos de formar famílias reconhecidas pelo sistema colonial.

Outrossim, o batismo ia além de seu significado religioso, funcionando como um espaço para a formação de vínculos que tinham efeitos significativos na vida social dos cativos. Hameister mostra que a escolha de padrinhos e madrinhas, frequentemente entre outros escravizados ou até mesmo libertos, permitia que os batizados criassem laços de compadrio, que serviam como formas alternativas de parentesco. Esse parentesco simbólico ultrapassava as restrições importas pela escravidão.

Os pais dão aos filhos o ser. Os padrinhos dão aos afilhados o ser cristão, o ser social. No batismo, o apadrinhamento, ao contrário da paternidade carnal, não pode ser negado. O elo entre os participantes do batismo, por se dar na esfera sobrenatural, não pode ser revertido, ao contrário do que muito se observa, pais abandonarem seus filhos, negando-lhes a presença paterna e/ou materna. (HAMEISTER, 2006, p. 244 e 245)

A escolha de padrinhos, por exemplo, não era aleatória, geralmente refletia laços afetivos, estratégias de proteção e esforços para se integrar a redes sociais mais amplas. Além de oferecer suporte emocional, essas redes estabeleciam estruturas paralelas de

solidariedade, frequentemente ignoradas pela historiografia de mais longa data, que se concentra apenas na desintegração familiar durante o período escravista.

Além do mais, os registros indicam que irmãos de criação, comadres e compadres constituíam uma rede de relações que se misturava com laços familiares. Sobretudo, embora não tivessem reconhecimento jurídico, esses vínculos eram importantes para a sobrevivência física e simbólica das pessoas escravizadas. Logo, Hameister enfatiza que os escravizados não aceitaram passivamente a fragmentação familiar, ao contrário, resistiram ativamente por meio da elaboração de estratégias de reexistência.

Assim, o batismo pode ser visto como uma estratégia de reapropriação simbólica do corpo e da identidade, um meio de se integrar a uma rede social que confrontava a lógica de desumanização e isolamento imposta pela escravidão. Por essa razão, apesar da violência diária, os cativos encontravam maneiras de resistir, pertencer e afirmar sua humanidade por meio de práticas que inicialmente, poderiam ser vistas apenas como religiosas.

Esse quadro mostra que, além da submissão, havia um processo constante de criação de laços e reinvenção de identidades. Com isso, considerando tudo que foi exposto anteriormente, o batismo emerge como uma prática ambivalente, pois enquanto de um lado funcionava como um instrumento de dominação para a Igreja e o Estado colonial, de outro, era utilizado pelos escravizados como meio de resistência afetiva e construção coletiva de identidades.

Cabe ressaltar também que no livro *Na Senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX (2012)*, o historiador Robert W. Slenes realiza uma análise inovadora sobre a formação da família escravizada no Brasil, refutando a tese, antes dominante na historiografia brasileira, de que a escravidão teria impedido a constituição de famílias escravas.

Com base em uma ampla gama de fontes, que incluem registros paroquiais, inventários, econografia, relatos de viajantes e elementos da cultura popular, o autor mostra que os cativos estabeleciam relações afetivas profundas e buscavam, sempre que possível, legitimar suas uniões por meio do casamento religioso. A família escravizada, para Slenes, não se limitava à estrutura nuclear europeia, mas englobava um conjunto ampliado de relações, como compadrio, irmandades religiosas e redes de vizinhança nas senzalas. Esses vínculos formavam um tecido comunitário fundamental para a

sobrevivência física e emocional dos escravizados, funcionando também como espaço de resistência simbólica à ordem senhorial.

Já a obra *A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, c. 1790-c.1850* (2017), de Manolo Florentino e José Roberto Góes, posiciona-se criticamente à ideia de que a escravidão no Brasil foi marcada apenas pela violência, desorganização social e destruição dos laços familiares. Os autores dissertam que a família escravizada foi funcional para a reprodução do sistema escravista. Segundo eles, longe de ser um espaço apenas de resistência dos cativos, a instituição da família era também um componente do projeto senhorial de controle social. Incentivar uniões estáveis entre cativos e permitir a formação de famílias poderia, na visão dos senhores, reduzir conflitos, facilitar o controle cotidiano e aumentar a produtividade.

Desse modo, as interpretações de Slenes, Florentino e Góes sobre o papel da família escrava no Brasil apresentam enfoques distintos, ainda que ambos reconheçam sua existência e relevância dentro do regime escravista. Enquanto Slenes enfatiza o protagonismo dos escravizados na construção de vínculos familiares como expressão de humanidade e resistência cultural, Florentino e Góes destacam o papel da família como parte das engrenagens do sistema senhorial, apontando para sua utilidade dentro da racionalidade escravista. Trata-se, portanto, de duas explicações distintas: uma que valoriza a subjetividade e a agência dos cativos, outra que analisa a família a partir da funcionalidade do sistema escravista e das estratégias dos senhores para manter o controle sobre a mão de obra.

Outro aspecto que precisa ser ressaltado neste capítulo é refletir necessariamente sobre os discursos políticos em torno da liberdade dos negros no final do século XIX, sendo assim iremos destacar novamente o pensamento crítico de Joaquim Nabuco. Para muitos, a abolição da escravidão em 13 de maio de 1888²³ foi o resultado de uma longa luta que ocorreu nos tribunais, nas ruas, nas senzalas e na literatura. Todavia, é importante enfatizar que essa conquista não representou para os negros libertos a efetiva inclusão em um regime de cidadania plena. Com isso, em sua obra *O Abolicionismo* (1883), Nabuco apresenta uma perspectiva crítica e complexa do processo de abolição, considerando a escravidão um trauma estrutural que afetou não só indivíduos escravizados, mas também

²³ BRASIL. Lei n° 3.353, de 13 de maio de 1888 - Publicação Original. Declara extinta a escravidão no Brasil. Portal da Câmara dos Deputados.

a estrutura social e moral do Brasil como um todo.

A escravidão não era apenas uma questão jurídica ou econômica a ser solucionada por decreto, mas uma ferida moral, que compromete até hoje a sociedade brasileira fortemente. Em um dos trechos de sua obra, Nabuco faz uma analogia com a bíblia, expondo que “para a qual a escravidão, apesar de hereditária, é uma verdadeira mancha de Caim que o Brasil traz na frente”²⁴. Esse fragmento evidencia que embora a escravidão seja um aspecto historicamente herdado pelo Brasil, não originado por esta geração, essa nova consciência a enxerga como uma “mancha de Caim”, que seria uma alusão bíblica a um pecado irreparável, uma culpa visível. Em outras palavras, é um pecado moral e histórico que envergonha o país.

Logo, a escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil, afirmou ele, indicando que os impactos dessa prática não terminariam com a libertação formal dos escravizados. Sua denúncia abrange não apenas o sistema em si, mas também as estruturas sociais que o apoiaram e que continuariam existindo mesmo após a promulgação da Lei Áurea (1888).

Embora fosse uma das personalidades mais influentes do movimento abolicionista, Nabuco estava ciente das limitações do processo que contribuía para impulsionar. Ele compreendia que a simples abolição legal da escravidão não garantia justiça social nem dignidade para os libertos. Lamentava fortemente a falta de uma política de integração ou reparação que assegurasse aos negros emancipados condições efetivas de cidadania. Desse modo, considerando esse quadro, sua crítica já indicava a persistência das desigualdades estruturais após o 13 de maio de 1888, visto que a abolição ocorreu sem terra, sem trabalho, sem moradia, sem educação e sem proteção.

A libertação formal do cativeiro não reverteu os danos à estrutura familiar causados por séculos de tráfico humano, separações forçadas e violência diária. Assim, a luta por liberdade não acabou com a abolição, mas transformou-se na luta por reconhecimento, dignidade e reconstrução. Famílias negras, que ainda lidavam com o estigma da escravidão, começaram a lutar pela reexistência, reconstruindo vínculos, criando comunidades de apoio, buscando acesso à terra, à moradia e à educação mesmo diante da marginalização imposta por uma sociedade que nunca reconheceu completamente sua humanidade.

²⁴ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**, 1883, p. 12.

Por outro lado, trazendo à tona que a resistência não se dava apenas no campo da sobrevivência material, porém igualmente na preservação da cultura e das crenças como forma de continuidade da memória, dentro da família negra, a religiosidade de origem africana desempenhou um papel fundamental na criação de um espaço de pertencimento e resistência. Terreiros, irmandades e rituais domésticos funcionavam como autênticos refúgios ontológicos, permitindo que o indivíduo negro se reconectasse com seus ancestrais, orixás²⁵, inquices²⁶ ou voduns²⁷, reafirmando sua identidade e dignidade em uma sociedade que lhe privava de ambos.

Dentre os autores citados nesta pesquisa, pode-se confirmar a informação supracitada com José Murilo de Carvalho, o qual traz em sua obra *O Teatro das Sombras e a Construção da Ordem*, a resistência à opressão como um dos pontos mais instigantes. Para ele a resistência não vinha somente em forma de fugas ou revoltas, mas principalmente manifestavam-se em práticas culturais que afirmavam a identidade e a comunidade. A música, a dança e as religiões afro-brasileiras tornaram-se expressões vitais de resistência, permitindo aos escravizados criar um espaço de liberdade, mesmo em um contexto de intensa opressão. Essas manifestações culturais serviam não apenas como forma de afirmação identitária, mas também como meio de estabelecer solidariedade entre os oprimidos.

A manutenção dos cânticos, das línguas, dos conhecimentos e dos rituais alimentares representa uma expressão dessa continuidade cultural que se opôs à lógica da escravidão. Apesar da vigilância e repressão, as famílias negras mantinham viva a tradição oral, compartilhando histórias, mitos, provérbios e valores que constituíam uma memória coletiva. Essa prática funcionava como uma contranarrativa à história oficial, que buscava apagá-los. Portanto, essa pedagogia da ancestralidade se manifestava no dia a dia, nos encontros noturnos após jornadas cansativas, nas celebrações religiosas sincretizadas com o catolicismo, nos nomes escolhidos para os filhos, nas práticas de cura e nos cantos entoados durante o trabalho. Pode-se afirmar então, que a cultura tinha um papel estratégico na preservação das relações comunitárias.

²⁵ *Orixás*: divindades cultuadas nas religiões afro-brasileiras, sendo considerados forças da natureza, energias divinas ou ancestrais divinizadas.

²⁶ *Inquice*: equivalentes aos Orixás, no entanto com um enfoque diferente e tradições específicas. Acredita-se que os Inquices são intermediários entre o ser supremo e a humanidade, atuando como ponte para o divino.

²⁷ *Voduns*: entidades espirituais importantes no culto africano tradicional, especialmente no Benim, Togo e Gana. São espíritos que podem intervir na vida dos humanos, influenciando o dia a dia.

Dessa forma, a resistência cultural não era somente um meio de suportar o sofrimento, mas também uma maneira de o enfrentar de forma ativa. Relembrando, a preservação da memória negra, manifestada nas práticas diárias, nos corpos, nos gestos e nos silêncios, é um ato político. Consequentemente, preservar a cultura e a espiritualidade representava uma resistência contundente à desumanização escravista, compreendendo as estratégias das famílias negras no Brasil nesse período. Ademais, é fundamental reconhecer que a luta ocorreu não apenas nos âmbitos físicos e econômicos, mas principalmente no plano simbólico e espiritual.

É significativo compreender que as análises realizadas neste capítulo demonstram que a história da escravidão no Brasil não pode ser entendida unicamente como um processo de dominação total, mas também como um cenário de conflitos, negociações e resistências diárias. Por meio de práticas familiares, religiosas, culturais e afetivas, os negros escravizados desenvolveram estratégias significativas para resistir à lógica desumanizadora do regime escravista, afirmando sua existência e humanidade em um mundo que tentava sistematicamente negá-las.

Todas essas estratégias são permeadas pelo conceito de reexistência, que é compreendido como a prática ativa de viver e resistir com dignidade em um sistema que busca eliminar identidades e vínculos. Além da resistência mais visível, como fugas, rebeliões e conquistas de alforria, as práticas silenciosas, afetivas e culturais também se revelam bastante eficazes.

Concluindo, ao longo do capítulo percebe-se que mesmo com a violência institucional que não impedia casamentos formais, mas separava pais e filhos, apagava nomes africanos e rebatizava corpos com a linguagem do cativo, os negros escravizados recriaram o conceito de família. Estabeleceram, além do mais, redes de carinho e apoio, construíram novas estruturas parentais e reconstruíram vínculos quebrados pelo tráfico, pela venda e pela violência. Logo, esses atos diários de cuidado, proteção e transmissão cultural confrontaram diretamente a lógica desumanizadora da escravidão e reafirmaram a autonomia dos indivíduos negros em relação a um sistema que os tratava como mercadorias.

Por fim, a família negra deve ser entendida não apenas como um remanescente de sociabilidade em meio à violência, mas como um autêntico núcleo de resistência. Foi no seio dessas famílias, ainda que instáveis, caracterizadas por ausências e improvisações,

que se cultivaram recordações, se mantiveram valores, se formaram gerações e se imaginaram futuros. As famílias negras escravizadas foram muito mais do que meros sobreviventes, elas se tornaram agentes históricos que resistiram à desintegração forçada pela escravidão, criando formas de manter sua continuidade. Por conseguinte, resistiram não só fisicamente, mas também afetivamente, não apenas fugindo, mas estabelecendo vínculos, não apenas gritando, mas oferecendo cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre a experiência da família negra no Brasil escravista é também lançar luz sobre a própria fundação social do país e as formas como o passado permanece operando no presente. Ao longo desta pesquisa, foi possível perceber que a história da escravidão não se resume à exploração econômica ou ao domínio físico, mas inclui dimensões subjetivas, simbólicas e afetivas que foram silenciadas por séculos, e cuja recuperação historiográfica é, por si só, um gesto de reparação.

No entanto, encerrar essa análise requer ir além da constatação da violência ou da celebração da resistência. É necessário encarar que as estruturas que produziram a fragmentação das famílias negras ainda informam práticas contemporâneas de exclusão. O Brasil pós-abolição perpetuou mecanismos sofisticados de apagamento da subjetividade negra, agora mediados pelo racismo institucional, pela marginalização urbana e pela negação de direitos.

Por isso, este trabalho deve ser compreendido também como uma provação política. Ao historicizar a resistência negra através dos laços familiares, apontam-se as raízes de um projeto de sociedade alternativo, fundado não na lógica da dominação, mas na construção coletiva de pertencimento, dignidade e memória. A família negra não apenas sobreviveu, ela recriou mundos possíveis.

Se a escravidão tentou reduzir a vida negra à ausência, de nome, de história, de afeto, as estratégias de reexistência reveladas nesta pesquisa apontam para a presença viva de um passado insurgente. Um passado que, longe de ser encerrado com a Lei Áurea, continua reverberando nos corpos, nas culturas e nos territórios negros.

Portanto, ao considerar a família negra contemporânea, também se deve reconhecer sua luta histórica por direitos, inclusão e reconhecimento. A memória das famílias negras escravizadas não deve ser vista como um passado morto, mas como um patrimônio que persiste nos desafios enfrentados pelas famílias negras atuais, nas comunidades periféricas, nas batalhas por educação, igualdade e reconhecimento. O reconhecimento da contribuição dessas famílias para a formação do Brasil e a valorização de suas formas de resistência são essenciais para a reparação histórica.

Em conclusão, este estudo enfatiza a importância de descolonizar o pensamento histórico brasileiro, movendo o foco das estruturas de poder para as vozes que foram

silenciadas ao longo da história. É necessário incluir o protagonismo das famílias negras na luta contra a escravidão nos currículos escolares, nas políticas públicas e nas narrativas históricas. Pois, reconhecer esse protagonismo é tanto um dever ético quanto um passo essencial para construir uma sociedade mais justa, plural e dedicada à verdade histórica.

Afirma-se, por fim, com esta pesquisa que não é mais possível narrar a história da escravidão no Brasil sem considerar as famílias negras como protagonistas. Elas foram e ainda são guardiãs da memória, do carinho, da resistência e da dignidade. Preservaram a vida em meio à morte, transformaram o cuidado em uma ferramenta de resistência contra a opressão e mantiveram viva a chama da liberdade, mesmo nas senzalas. Em suma, que este estudo ajude a valorizar essa trajetória e a fortalecer uma historiografia dedicada à justiça histórica e ao resgate das vozes que, embora silenciadas por muito tempo, nunca deixaram de falar.

BIBLIOGRAFIA

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BARROS, José D'Assunção. **História e historiografia: todas as interações possíveis.** 2021.

BRASIL. **Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 - Publicação Original. Declara extinta a escravidão no Brasil.** Portal da Câmara dos Deputados. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-3353-13-maio-1888-533138-publicacaooriginal-16269-pl.html#:~:text=Declara%20extinta%20a%20escravid%C3%A3o%20no%20Brasil>. Acesso em 6 junho 2025

BRASIL. Senado Federal. **1º Código Penal do Brasil fixou punições distintas para livres e escravos.** Brasília: Senado Federal, 2020. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-190-anos-1o-codigo-penal-do-brasil-fixou-punicoes-distintas-para-livres-e-escravos>. Acesso em 27 maio 2025.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial.** 15a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, c.1790–c.1850.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Tráfico de Escravos no Brasil.** Disponível em <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/trafico-de-escravos-no-brasil/escravidao-no-brasil/trafico-e-comercio-de-escravos/>. Acesso em 15 maio. 2025.

GRINBERG, Keila. **Liberdade por um fio: história dos processos de liberdade na Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

HAMEISTER, Martha Daisson. **Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763)**. 2006. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico no século XIX**. São Paulo: Alameda, 2016

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte Agrário e o Império**. São Paulo: Editora 34, 2008.

NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. Londres: Typographia de Abraham Kingdon & C.a, 1883. Disponível em https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4692/1/012043_COMPLETO.pdf. Acesso em 15 maio 2025.

REIS, Maria Firmina dos. **“A escrava”**. In: **Úrsula**. Atualização do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis. Ed. Mulheres. Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. Rio de Janeiro: UFGD/NEAB, 2010.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

VOCABULÁRIO Ketu. **O Candomblé**, [s.d]. Disponível em <https://ocandomble.com/vocabulario-ketu/>. Acesso em 9 junho 2025.

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, *Thaivone Sousa dos Santos*, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de curso intitulado *Entre o açoite e a sobrevivência: Família negra e a resistência no Brasil escravista* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências a textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.

Brasília, 20 de maio de 2025.
